

## O DIREITO À DIFERENÇA

**Glória Moura**

Professora do Departamento de Artes Cênicas e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília

Este artigo tem como objetivo repensar o papel da escola como fonte de afirmação de identidades, à luz da experiência dos quilombos contemporâneos. Considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro.

Pensar em tantos brasileiros que negam sua identidade, inclusive porque a escola não lhes permitiu conhecer sua história e saber quem são, foi um dos motivos para escrever este artigo. Além disso, a observação da realidade social e educacional brasileira também pesou na escolha do tema. Constatar que, pelos dados do último censo realizado pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 45% da população deste nosso país é mestiça e que, integrando a maioria do povo trabalhador, está na classe dos menos favorecidos, apesar da sua contribuição histórica para o desenvolvimento econômico do país, e perceber, ademais, que a escola não reconhece a diversidade da formação de seus alunos, não levando em conta a experiência fora dela, instigou-me nessa tentativa de desvendar um aspecto da história de nossos antepassados.

Assim, com base em material recolhido nas comunidades de Santa Rosa dos Pretos, situada no município de Itapecurumirim, Maranhão; de Mato do Tição, em Jaboticatubas, Minas Gerais; e de Aguapé, no município de Osório, Rio Grande do Sul, procurei recuperar e desvelar o universo dos usos e costumes ali presentes, a dinâmica de criação e recriação da cultura afro-brasileira, refletindo sobre o papel das festas e comemorações religiosas nessas comunidades negras rurais como formadoras de identidade.

Nas comunidades pesquisadas, a vivência da identidade contrastiva (que se baseia na “cultura do contraste”), elaborada e apreendida mediante a cultura da festa, faz com que os quilombolas afirmem vigorosamente sua

diferença e a reivindicuem enquanto direito, vivendo de seu trabalho, quase sempre no campo e, concomitantemente, cantando, dançando, praticando suas devoções, vivenciando sua fé. Em síntese, plantando seu alimento e redistribuindo-o simbolicamente, junte com a alegria e a fé, em suas festas.

O presente estudo procurou compreender a contribuição das festas dos quilombos contemporâneos como fator formador e recriador de identidade, analisando-as como veículo de transmissão e internalização de valores que possibilitam a afirmação e a expressão da diferença/alteridade e, ao mesmo tempo, a negociação dos termos de inserção das comunidades rurais negras na sociedade como um todo.

As crianças estão presentes em todas as tarefas comunitárias, do planejamento à execução e avaliação das atividades, sempre ao redor dos adultos, de ouvidos e olhos abertos, atentas, de uma maneira natural e descontraída. A documentação fotográfica que acompanha este estudo nos permite constatar a presença das crianças por toda a parte, participando da preparação das festas ou, no contexto cotidiano, atuando ou observando. Esse veículo de treinamento informal constrói um saber que vai sendo transmitido e assimilado pouco a pouco, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança, sempre que as circunstâncias o exigirem, para que a comunidade possa adequar-se às novas condições do momento. Nas festas, os valores que a comunidade reputa essenciais e que condensam esse saber são constantemente reafirmados e renegociados, constituindo, assim, um *currículo invisível* por meio do qual são transmitidas as normas do convívio comunitário. Sem uma intenção explícita, esse *currículo invisível* vai sendo desenvolvido, dando às crianças o necessário conhecimento de suas origens e do valor de seus antepassados, mostrando quem é quem no presente e apontando para as perspectivas futuras.

Percebe-se, desse modo, a seriedade dos quilombolas na realização de suas festas. Eles lutam para viver o momento presente, sem esquecer o passado e com alegria. Não uma alegria descompromissada, descontextualizada, mas uma alegria definitiva, duramente conquistada, buscada no mais recôndito do ser. Porque as dificuldades estão presentes, não há que ir procurá-las em outro lugar, mas as formas de ultrapassá-las é que estão sendo perseguidas.

Acredito que a maneira de manterem acesa a chama da vida passa pela experiência de buscar a transcendência, o lado de lá da vida, para continuarem lutando, do lado de cá, pela terra, pela comida, pela escola, pela moradia. Passar a noite toda rezando, cantando e dançando é investir na vida, é se embrenhar em uma outra dimensão que poderá e deverá ser a força que nutre a vida mesma.

Os moradores das comunidades têm princípios morais e normas de conduta aceitos pela maioria e todos pretendem passar esse código aos mais jovens. A importância dos rituais de devoção, o respeito à natureza, o dever de trabalhar, o respeito à família, a beleza da negritude, a busca de um casamento dentro do círculo comunitário, são valores que fazem parte de padrões sociais que marcam as histórias de vida dos atuais moradores, bem como dos seus antepassados, e perpassam as letras de músicas cantadas nas festas e as estórias de santos e de bichos contadas exaustivamente.

Não se pretende discutir aqui a natureza desses valores transmitidos pelas festas, mas a sua importância para a comunidade. Há uma significação positiva na contínua reafirmação desses valores e é a festa que potencializa o seu significado, enquanto expressão de uma forma de pertencimento. Assim, quando se fala na transmissão de valores que ocorre através das festas, não se está pondo em questão o repertório valorativo dessas comunidades, mas, antes, apontando para um modo de educação não formal que é utilizada entre os moradores dos quilombos.

A compreensão do sentido didático da realização das festas foi fundamental para a abordagem educacional a que me propus, pois sabe-se da importância da formação das identidades no processo de ensino/aprendizagem, sabendo-se também, por outro lado, que isto raramente ocorre na escola tradicional. A constatação de que o desenvolvimento do *currículo invisível* durante as festas, realizado de uma maneira informal, marca indelevelmente a formação da identidade dos moradores dos quilombos contemporâneos, ensejou a reflexão sobre o aproveitamento dessa experiência na escola formal, levando os alunos a conhecerem a história do país, que é sua história e a se reconhecerem em sua formação étnica.

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo,

fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal e, no segundo, o saber não está referenciado na experiência do aluno. Isso ocorre, sobretudo, pelo fato de que a experiência educativa das comunidades leva em conta os valores de sua própria história, enquanto na escola os valores da cultura dominante, ou seja, o saber sistematizado, são impostos como únicos, sem qualquer referência às historicidades vividas e aprendidas pelos alunos em seu contexto de origem. Assim, a educação formal desagrega e dificulta a construção de um sentimento de identificação, ao criar um sentido de exclusão para o aluno, que não consegue ver qualquer relação entre os conteúdos ensinados e sua própria experiência durante o desenvolvimento do currículo, enquanto nas festas quilombolas as crianças se identificam positivamente com tudo que está acontecendo a sua volta, como condição de um saber que os forma para a vida.

A pedagogia nos anos 70/80 já chamava a atenção dos educadores para a experiência pedagógica que o aluno trazia de sua vivência fora da escola e que não era por esta reconhecida, o saber que lhe foi transmitido por seus pais e avós, pela comunidade onde mora, pela religião que seus pais adotam, pelas leituras orientadas pela família, pela sua origem étnica. O currículo escolar geralmente não leva em conta essa experiência do aluno e, ao impor-se como única forma legítima de saber no interior do processo formal de educação, acaba por esconder sob sua aparência de universalidade um outro currículo, que Apple, estudioso da ideologia que atravessa o currículo escolar, chama de *currículo oculto*: são as cadernetas de frequência, os sinais de entrada e saída que devem ser obedecidos, a disciplina imposta na sala de aula, o sistema de recompensas e castigos, etc., que não são admitidos como parte do currículo, embora toda a experiência escolar dos alunos, seja regida pelos verdadeiros rituais que se organizam em torno destas formas de controle.

É necessário deixar clara a diferença entre *currículo invisível* e *currículo oculto*, conceito pedagógico sistematizado. O que chamamos de currículo invisível é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou, numa palavra, dos padrões sócio-culturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social. Essa transmissão internalizada, que se desenvolve sob formas diversas, proporciona um sentimento de pertencimento, ampliando-se gradualmente à medida que se

alarga a experiência do educando. Jovens e crianças reproduzem/recriam, em sua experiência cotidiana, na vida familiar e nas celebrações grupais, esses valores que são passados de geração a geração.

Nos quilombos contemporâneos, a *cultura da festa*, que perpassa o seu modo de vida, comanda o desenvolvimento lento do *currículo invisível*, por meio do qual se dá a transmissão das tradições do grupo, constantemente recriadas, reinventadas, ressemantizadas. Apreender a importância do período de preparação e realização das festas permite desvendar a lógica desse modo de vida quilombola e perceber, na indiferenciação lúdico-sagrada do tempo da festa, as teias de significados que compõem um tecido cultural tramado sobre essa urdidura bem firme. Desse modo, as festas permitem adequar o passado ao presente, ao reelaborar a herança cultural dos ancestrais, possibilitando, além disso, manter um diálogo com a sociedade envolvente, através da negociação e renegociação constante dos referenciais simbólicos, dos quais essas comunidades se apropriam para constantemente ressignificá-los.

Nas comunidades rurais negras é na festa que os valores vão sendo transmitidos, no desenvolvimento deste *currículo invisível* que ninguém descreveria em detalhes, mas cujas marcas é possível detectar nas formas de participação das crianças e dos jovens. Ninguém parou para lhes dar aulas sobre o ritual envolvido em determinada celebração ou sobre os papéis a serem nele desempenhados, mas todos sabem muito bem o que têm de fazer, a hora em que têm de fazer e como devem fazê-lo. Os papéis, bem como os valores e as tradições que por meio deles se encarnam, vão sendo definidos com o passar dos anos, e por isso a aprendizagem é constante. Levantar às 5 horas da manhã para participar da alvorada da Santa Cruz, na comunidade de Mato do Tição, quando se reza diante da cruz enfeitada colocada em frente a cada uma das casas da comunidade, é algo que não precisa ser ensinado. A distribuição, nessas ocasiões, de pelo menos um cafezinho e, às vezes, de bolinhos fritos na hora, expressa o valor de uma tradição poderosa, a exigir, em contrapartida, a troca na reciprocidade.

A construção desse *currículo invisível* constitui assim um processo histórico no qual a linguagem e, em especial, as linguagens musicais e corporais, desempenham um papel essencial, remetendo a uma história de

longa duração. Por isso, são as festas que potencializam, dão movimento e vida a esses valores transmitidos ao longo do tempo e recriados face às exigências do presente.

É na cultura da festa que, pela exposição condensada e reiterada desses valores, se explicita o *currículo invisível* que essas comunidades constroem para si mesmas, e que vai despertando nas crianças e nos jovens a vontade de continuar a manter a identidade que lhes confere sua cultura e, ao mesmo tempo, nela desenvolver novos aspectos. No Rio Grande do Sul, os jovens consideram muito importante participar do maçambique (auto popular que encena a história da Rainha Jinga de Angola), conhecer todas as letras das músicas, mas também lutam para fazer incorporar à tradição as músicas por eles mesmos criadas. É a nova geração buscando a sua participação efetiva sem, contudo, desrespeitar a ancestralidade.

Por outro lado, esse *currículo invisível*, no qual a história oral tem um papel preponderante, impregnando a experiência de vida dos membros da comunidade, se projeta também para fora dela. Assim, Elizângela Conceição de Siqueira, neta de D. Divina, líder da comunidade de Mato do Tição, descreve a história de seu bairro, cumprindo uma tarefa exigida pela professora do Grupo Escolar:

“Fundador do bairro: Benjamin José de Siqueira.

Origem do nome: Porque antigamente não tinha luz elétrica. Quem tinha que andar à noite tinha que acender um pau de lenha, para sair sacudindo ele para clarear o caminho para passar. Por isso se deu o nome de Mato do Tição.

O bairro recebeu esse nome no dia: Não sei responder porque quando minha avó nasceu, segundo ela já existia este nome. Isso se deu a origem no tempo da escravidão”.

Em outra ocasião, em carta dirigida à pesquisadora, a mesma Elizângela falaria sobre a comunidade em que vive e sobre suas aspirações atuais:

“É um momento de alegria quando eu entendia conhecer esse cantinho amado.

Cheio de esperança: esperando tudo de bom que podemos. Encontrar dentro do meu coração: charmosa tenho a minha vovozinha para me orientar. Tem meu avô Joãozinho para me abençoar. Meu pai e minha mãezinha com todo o povo do meu coração vivo feliz aqui em Mato do Tição: terra cativante.

Vivo nela constante. Aqui neste Brasil. Esperando de encontrar um dia uma linha de ônibus, para ser nossa alegria.

Um beijinho, um beijão do povo de Mato do Tição que eu quero cantar e quero dançar que uma escola para mim estudar.

D. Gloria foi um prazer conhecer a senhora e suas amigas. Um beijo de sua amiga Elizângela Conceição de Siqueira”.

Esta carta mostra bem como são passados os valores de respeito à liderança da avó e aos mais velhos, bem como o amor à terra em que vivem, mas também deixa entrever as angústias e os desejos que impulsionam os mais jovens, evidenciando as relações da comunidade com a sociedade abrangente. E, nesta, a escola tem um papel fundamental: Elizângela quer ônibus para ir para à escola – a atual dista quatro quilômetros de Mato do Tição – mas quer sobretudo uma escola sua, da comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas. Como pode a escola enfrentar o desafio de atender a reivindicação tão justa e claramente formulada por esta criança? No desenvolvimento do currículo escolar, não é o caso, evidentemente, de se incorporar de forma imediata e sem crítica todo e qualquer conteúdo disciplinar ou universo de valores que o aluno já carrega através desse outro currículo em que foi formado por sua socialização. Nem se trata de deixar o aluno à mercê do que deseja fazer, de forma espontaneísta, permitindo-lhe permanecer encerrado no seu próprio universo, restrito de socialização, pois a escola, enquanto instituição socializadora, tem também o dever de propiciar uma ampliação de seu horizonte de experiência, com base em valores hoje inquestionáveis como o respeito aos direitos humanos e aos ideais republicanos e democráticos, que orientam – ou devem orientar – o desenvolvimento da sociedade brasileira. E a escola tem ainda a função a partir dos valores especificamente pedagógicos que orientam sua prática, de ampliar e aprofundar no aluno o seu processo de aquisição de conhecimentos, como espaço de escolarização que é.

O que se propõe, em contrapartida, é o respeito às matrizes culturais a partir das quais se constrói a identidade dos alunos, com, atenção voltada para tudo aquilo que vá resgatar suas origens e sua história (o que também significa respeitar os direitos humanos!), como condição de afirmação de sua dignidade enquanto pessoa, e da especificidade da herança cultural que ele carrega, como parte da infinita diversidade que constitui a riqueza do ser humano. Este é um valor que se revela essencial numa sociedade marcada simultaneamente por uma formação pluriétnica e pelo peso da herança escravocrata.

Não se está advogando, portanto, o desprezo da cultura universal, patrimônio comum de toda a humanidade, mas sugerindo seguir o exemplo do que ocorre nas comunidades negras estudadas, isto é, levar em conta o contexto cultural onde a escola está inserida e, a partir daí, possibilitar que se amplie paulatinamente o universo da experiência e a visão de mundo dos alunos, para que possam ter acesso à universalização do saber. Considerando-se que os estudiosos da formação histórica da sociedade brasileira insistem em destacar a contribuição dos grupos étnicos distintos que nela tomaram parte – em especial as “três raças formadoras” – essa realidade deveria inquestionavelmente ser levada em consideração nos currículos escolares.

Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história.

Esta educação, profundamente vinculada às matrizes culturais diversificadas que fazem parte da formação da nossa identidade nacional, deve permitir aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando-lhes ao mesmo tempo desativar a carga negativa e eivada de preconceitos que marca a visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnica, suas crenças religiosas ou suas práticas culturais. Só assim a escola poderá, levando em consideração as diferenças étnicas de seus alunos, reconhecer de forma integral os valores culturais que carregam consigo para integrá-los à sua educação formal. Isto é essencial no caso



de grupos que, por força da inércia da herança histórica ou pela pura força do preconceito, são quase sempre considerados “inferiores”, ou “naturalmente” subalternos.

No caso das populações afro-brasileiras, esta é uma tarefa urgente. Em certa ocasião, quando trabalhava para a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação, vivi uma experiência significativa numa sala de aula de uma escola municipal de Itabuna, no estado da Bahia: embora ali todos os alunos fossem negros, à pergunta sobre quem era negro naquela sala, ninguém se identificou como tal, evidenciando-se o afastamento existente entre o que cada um é aos olhos dos outros e as representações que cada um tem sobre si mesmo. Isto mostra também como esta forma de identificação – ser negro – não é afirmada positivamente. Em outra ocasião, quando estive na escola de Jaboticatubas, freqüentada pelas crianças da comunidade de Mato do Tição, soube de outro caso exemplar, quando uma professora passou um exercício em que cada aluno devia se identificar como negro ou branco. Frente à tarefa, uma menina negra de Mato do Tição se identificou como branca e foi “denunciada” pelo colega do lado, o que fez com que ela caísse em pranto convulsivo.

Assim, enquanto em sua própria comunidade o ser negro é um valor positivo, celebrado em todas as festas quilombolas e passado através das gerações às crianças e aos jovens, no ambiente escolar esta criança se sentiu intimidada o suficiente para negar o que, em outras circunstâncias, poderia ter orgulho de afirmar, evidenciando o quanto a carga negativa do preconceito que perpassa a educação formal pode ter um efeito desagregador da identidade mesmo para crianças que, como as de Mato do Tição, têm, por outro lado, nas práticas comunitárias, um enorme reforço identitário positivo.

Nessa escola de Jaboticatubas – a mesma freqüentada por Elizângela – os professores seguem a orientação da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais quanto ao trabalho com Conteúdos Básicos do Ciclo Básico de Alfabetização à Quarta Série do Ensino Fundamental, e recebem treinamento para aplicar suas diretrizes. Participei de uma parte desse treinamento de professores e senti a dificuldade que demonstravam em assimilar idéias que não constavam do programa curricular, ou

seja, qualquer idéia nova que possa trazer o risco de abalar, ainda que minimamente, o sólido edifício da educação formal e oficial.

Na verdade, o Brasil nos oferece a estranha imagem de um país de identidade inconclusa, já que, ao longo da história de nossa formação, continuamos a nos perguntar a todo momento sobre quem somos e, assim, o brasileiro, por falta de conhecer melhor a sua história, acaba por não ter condições de se identificar consigo mesmo. Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é aquela dos vencedores, dos colonizadores ou, para precisar a afirmativa, história celebratória das classes econômica e politicamente mais bem sucedidas. Isto porque – e este é outro aspecto a ser considerado – a história transmitida na escola privilegia apenas o registro escrito, quando se sabe que a história dos grupos indígenas ou das comunidades negras rurais, como aliás também toda e qualquer história local, é sempre um relato oral, que só pode ser transmitido pelos mais velhos aos mais novos, através das gerações.

O estudo das festas nas comunidades negras rurais evidencia a importância da cultura de que elas são depositárias na formação do *ethos* do brasileiro. Haveria assim que se buscar meios através dos quais fosse possível conhecer essa realidade histórica, social e cultural dos afro-descendentes, ensejando que alunos e professores da rede oficial e particular de ensino, frente ao conhecimento dessa outra história, pudessem enfim se identificar consigo mesmos, contribuindo, dessa forma, para a abertura de novas perspectivas no campo educacional.

Compreender e respeitar o saber que se condensa nas culturas populares revelaria, então, sua extrema importância como instrumentos de decifração dos pilares em que se assenta nossa formação. A cultura, enquanto universo simbólico através do qual se atribui significado à experiência de vida, orienta todos os processos de criação do homem, não só no domínio das artes, mas também no que o homem aprende ao longo de sua existência, acrescentando-se ao que já sabe por herança dos antepassados, como sua visão de mundo. Nas comunidades rurais negras, o uso das ervas medicinais, o

modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, as linguagens gestuais, a música, as festas, o modo de se divertir e o de morrer, cantar, dançar e rezar constituem o contexto onde se tecem as teias de significados que recriam incessantemente sua cultura e sua identidade contrastiva. Nas práticas dos moradores das comunidades, há um forte apelo ao reconhecimento dessa identidade como parte do grande mosaico através do qual se constrói a identidade nacional.

Nestas considerações finais, quero enfatizar o descaso da escola pelo reconhecimento das múltiplas “identidades” e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação de nosso país, como tarefa indispensável de formação para o exercício da cidadania. Essa multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada, sob pena de se priorizar apenas a visão de mundo de um daqueles segmentos, à exclusão de todos os outros. Pretendo, com este trabalho, chamar a atenção para a importância da diversidade e a necessidade do respeito às diferentes vertentes sócio-históricas e culturais que confluem na construção deste nosso país, como base para uma revisão em profundidade das práticas pedagógicas escolares, onde política, educação e cultura já não possam mais ser separadas.

A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mais ainda, a hegemonia desse modelo exclusivo tem conseqüências que se estendem por todo o sistema educacional. A escola não prepara para a vida, na medida em que não proporciona uma formação profissional diversificada, mas faz com que todos queiram ser doutores, herança portuguesa do Brasil-colônia, quando o bacharel tinha regalias na Corte.

Implantar um currículo capaz de responder às especificidades que apontamos e, ao mesmo tempo, escapar das armadilhas que nelas se encerram, exigiria que os futuros professores recebessem uma formação que os capacitasse a lidar com as questões educacionais. Só a partir da formação de professores capacitados a criar, levantar possibilidades, inventar novas situações de aprendizagem em sala de aula, frente à especificidade do

contexto em que conduz o processo de ensino-aprendizagem, imbuídos do sentido de sua profissão e de sua responsabilidade na sociedade, poder-se-á desenvolver um processo escolar de educação consoante à realidade sócio-cultural brasileira.

Em suas múltiplas variedades, o saber que se condensa nas culturas populares é um importante fator de afirmação da identidade do homem brasileiro, porque carrega consigo a memória de uma parte significativa da história deste país. No entanto, reduzido à condição de folclore (com toda a carga pejorativa que o termo traz em si), torna-se praticamente impossível levá-lo em conta, perdendo-se grande oportunidade de aproximação da realidade do país com o que se ensina na escola.

Os produtos resultantes de trabalhos de pesquisa (vídeos, publicações, áudio-visuais, etc.), assim como inúmeros outros materiais existentes e pouco divulgados – a exemplo dos trabalhos da FUNARTE (Fundação Nacional de Arte do Ministério da Cultura) – poderiam ser utilizados com proveito nas escolas, com o objetivo de levar os professores a ter uma visão mais abrangente da sociedade e da cultura brasileira e, portanto, uma visão crítica da escola atual. Instigar e informar os mestres quanto à sua história e à sua identidade é um começo de caminho para se mudar o panorama educacional. Os professores precisariam se reconhecer no que ensinam, conscientizando-se da formação pluriétnica do povo brasileiro e aceitando suas próprias origens, para que pudessem ensinar um processo educativo na escola mais adaptado à realidade nacional, levando os alunos a também desenvolver uma atitude afirmativa com relação à sua própria identidade.

Deste modo, se quisermos aproveitar a experiência de transmissão de valores observada no currículo invisível das festas nas comunidades negras rurais para a reformulação do currículo escolar e a renovação do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, seria necessário trabalhar em três diferentes níveis, que assim ficam registrados como sugestões de intervenção possível para os educadores deste imenso país:

- . mudar a perspectiva ideológica da formulação de currículos – necessariamente sempre no plural – levando em conta os valores culturais dos alunos e da comunidade onde a escola está inserida;

. cultivar uma postura de abertura ao novo para ser capaz de absorver mudanças e reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em conta os valores culturais dos alunos e respeitando a história de seu grupo étnico/social;

. utilizar os resultados e produtos de pesquisas realizadas nas universidades, para ampliar a própria formação e, ao mesmo tempo, ter acesso a um material didático que se aproxime da realidade diversificada da experiência dos alunos.

Há necessidade imperativa de se tornar a escola mais próxima da realidade sócio-cultural de seus alunos, levando em conta os valores culturais locais numa perspectiva universal, se se quiser formar cidadãos capazes de construir a sua própria história, num Brasil plural e verdadeiramente democrático.

Viver a aventura dessa pesquisa nos quilombos contemporâneos foi uma oportunidade de aprender uma outra dimensão da experiência humana até então para mim desconhecida. Aprender que é necessário tão pouco materialmente para viver uma vida espiritual tão rica, me levou a repensar os valores da sociedade em que vivemos. Mas o aspecto mais importante da vivência com os moradores das comunidades rurais negras foi aprender a importância e o significado da identidade afirmativa que eles conquistaram e de que não abrem mão. Eles sabem quem são e sabem o que querem. Viver sua cultura, manter sua integridade de seres humanos e de cidadãos capazes de lutar com todas as forças para dignificar sua vida, recriando sua cultura, seja lutando para manter sua terra, seja tocando seus tambores, respeitando a tradição de seus antepassados, dançando e cantando, e fazendo da festa negra a alegria de festejar a vida. Aprendi com os quilombolas que festejar é preciso, que rezar é preciso, que lutar pelas coisas consideradas importantes para manter seus valores é preciso. Quanto esse aprendizado me fez recuperar o sentido de minhas origens e retomar as possibilidades de continuar a viver de forma a afirmar uma identidade positiva, para mim e todos os meus! Que o sonho dos professores mestiços desses brasis longínquos possa se realizar na conquista de uma escola onde os alunos sejam valorizados e respeitados, apesar das suas diferenças de origem e cultura - ou antes, por causa delas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. *O difícil espelho*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.
- CARVALHO, José Jorge (org.). *O quilombo do Rio das Rãs*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- FRY, Peter; VOGT, Carlos. A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos da cultura negra no Brasil. In: *Religião e Sociedade*, n. 8.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A escola crítica e a política cultural*. São Paulo, Cortez, 1987.
- MEC, MINC. *Brincando, fazendo e aprendendo*. Rio de Janeiro/Brasília: Memórias Futuras Ed./FNDE, 1985.
- MOURA, Glória. “Ilhas negras num mar mestiço”, In: *CARTA falas, reflexões, memórias*, publicação do Senador Darcy Ribeiro. Brasília 4, n. 13, 1994.
- \_\_\_\_\_. A cultura da festa nas comunidades negras rurais. In: *Palmares em revista* n. 1 Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura Brasília. 1996.
- \_\_\_\_\_. A força dos tambores: a festa nos quilombos contemporâneos. In: Schwarcz, Lilian Moritz & Reis, Leticia Vidor de Souza (orgs.). *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Estação Ciência / EDUSP, 1996.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.